



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Asa Branca Holding S.A.

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Sumário

Relatório de Administração
Relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais	1
Demonstrações do resultado	2
Demonstrações do resultado abrangente	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa	5
Demonstrações dos valores adicionados	6

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Informações gerais	7
2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12
3 Gestão de risco	15
4 Instrumentos financeiros por categoria	23
5 Informação por segmento	26
6 Caixa e equivalentes de caixa	26
7 Contas a receber	27
8 Contas a receber e a pagar a partes relacionadas	27
9 Tributos a recuperar	30
10 Estoques	31
11 Tributos diferidos	31
12 Investimentos	32
13 Imobilizado	34
14 Intangível	38
15 Fornecedores	39
16 Debêntures	40
17 Tributos e obrigações trabalhistas	43
18 Provisões	43
19 Patrimônio líquido	48
20 Receita líquida de vendas	49
21 Custo do serviço de energia elétrica	49
22 Despesas gerais e administrativas e outros ganhos e (perdas), líquidos	50
23 Resultado financeiro	51
24 Imposto de renda e contribuição social	52
25 Prejuízo básico e diluído atribuível por ação	53
26 Compromissos	53
27 Atividade de investimento não envolvendo caixa	54
28 Cobertura de seguros	54

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Administração da Asa Branca Holding S.A. (“Asa Branca” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia

A Asa Branca é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento o Complexo Eólico Asa Branca, composto pelas sociedades Asa Branca IV, Asa Branca V, Asa Branca VI, Asa Branca VII e Asa Branca VIII, e localizado nos municípios de Parazinho e de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte. O Complexo Eólico Asa Branca possui capacidade instalada total de aproximadamente 160 MW.

Governança corporativa

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

Responsabilidade ambiental e social

A Asa Branca trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a Asa Branca, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025.

A Administração.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

Asa Branca Holding S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Asa Branca Holding S.A. (Companhia), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Asa Branca Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Teste de Redução ao Valor recuperável

Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem em suas demonstrações financeiras ativos não financeiros, referentes às usinas geradoras de energia. Devido à existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, a Companhia realizou a estimativa do valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC"), ao qual os ativos não financeiros estão alocados, com base no valor em uso.

A determinação do valor em uso é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente. Para a construção da estimativa a Administração utilizou-se de premissas, tais como taxa de desconto, volume, preço de venda, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos.

Por haver alto grau de julgamento e incertezas relacionadas ao processo de determinação das premissas da estimativa de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios da Administração e por haver sensibilidade nas premissas para a construção da estimativa, este assunto, poder impactar de forma relevante os valores recuperáveis dos ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia relacionadas com a preparação e revisão do valor recuperável de ativos não financeiros disponibilizadas pela Companhia.
- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no cálculo de redução ao valor recuperável, incluindo as taxas de desconto, volume, preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos no período de projeção na determinação dos fluxos de caixa descontados. Quando aplicável, a avaliação foi realizada com base em premissas contratuais e, também comparação com premissas de mercado;
- Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas utilizadas no teste do valor recuperável de seus ativos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, assim como, as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Reconhecimento de Receita com Energia

Veja a Nota 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram Receita com Energia no montante de R\$ 106.268 mil, conforme divulgado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras individuais e

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das

consolidadas.

As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente de Geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia elétrica por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem a transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.

receitas de geração de energia elétrica;

- Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, em que foi confrontado com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento.
- Recalculamos de forma independente, e confrontamos o resultado do procedimento e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia; e
- Inspeção, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 18 de março de 2025, que não conteve modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Asa Branca Holding S.A.

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.184	8.803	135.170	66.772	Fornecedores	15	4	27	2.178	5.757
Conta corrente restrita		22	-	22	-	Debêntures	16	731	27.686	731	27.686
Contas a receber	7	-	-	16.116	16.052	Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	-	2.991	3.807
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	847	14	-	Tributos e obrigações trabalhistas	17	753	552	2.149	6.452
Dividendos a receber	8	3.140	-	-	-	IRPJ e CSLL corrente		-	-	3.558	-
Tributos a recuperar	9	901	356	13.240	8.602	Passivo de arrendamento		-	-	268	-
IRPJ e CSLL a recuperar		9	-	9	-	Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	265.298	166.749
Despesas antecipadas		-	3	-	1.700	Total do passivo circulante		1.488	28.265	277.173	210.451
Estoques	10	-	-	4.366	3.431	Não circulante					
Outras contas a receber		1	-	46	1.957	Debêntures	16	268.754	255.377	268.754	255.377
Total do ativo circulante		12.257	10.009	168.983	98.514	Contas a pagar a partes relacionadas	8	13.236	12.085	-	-
Não circulante						Tributos diferidos	11	-	-	2.746	-
Realizável a longo prazo						Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	22.717	41.632
Tributos a recuperar	9	-	-	829	1.520	Passivo de arrendamento		-	-	305	-
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas		-	4	-	4	Provisão para desmobilização	18 (b)	-	-	8.240	7.092
Depósitos judiciais	18 (c)	-	-	1.221	898	Provisão para causas judiciais	18 (c)	-	-	952	558
Tributos diferidos	11	-	-	8.871	6.418	Total do passivo não circulante		281.990	267.462	303.714	304.659
		-	4	10.921	8.840	Total do passivo		283.478	295.727	580.887	515.110
Investimentos	12	240.767	274.551	-	-	Patrimônio líquido					
Ativo de direito de uso		-	-	541	26	Capital social	19	50.222	50.222	50.222	50.222
Imobilizado	13	-	-	369.986	396.563	Reserva Legal		-	527	-	527
Intangível	14	7.706	8.711	7.708	8.715	Prejuízos acumulados		(72.970)	(53.201)	(72.970)	(53.201)
Total do ativo não circulante		248.473	283.266	389.156	414.144	Total do patrimônio líquido		(22.748)	(2.452)	(22.748)	(2.452)
Total do ativo		260.730	293.275	558.139	512.658	Total do passivo e Patrimônio líquido		260.730	293.275	558.139	512.658

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Asa Branca Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	20	-	-	106.268	99.048
Custo de venda de energia elétrica	21	-	-	(87.444)	(81.521)
Lucro bruto		-	-	18.824	17.527
Despesas gerais e administrativas	22	(1.197)	(1.428)	(5.260)	(16.490)
Outros ganhos (perdas), líquidos	22	-	-	(2.517)	348
Resultado com participações societárias	12	12.455	(532)	-	-
Lucro (prejuízo) operacional		11.258	(1.960)	11.047	1.385
Receitas financeiras		2.656	1.760	14.545	8.383
Despesas financeiras		(34.210)	(38.090)	(38.290)	(42.339)
Resultado financeiro	23	(31.554)	(36.330)	(23.745)	(33.956)
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social		(20.296)	(38.290)	(12.698)	(32.571)
Imposto de renda e contribuição social	24	-	-	(7.598)	(5.719)
Prejuízos do exercício		(20.296)	(38.290)	(20.296)	(38.290)
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$	25			(0,32)	(0,60)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Asa Branca Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos do exercício	(20.296)	(38.290)	(20.296)	(38.290)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(20.296)	(38.290)	(20.296)	(38.290)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Asa Branca Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do Patrimônio líquido</u>
Em 01 de janeiro de 2024	50.222	527	(14.911)	35.838
Prejuízo do exercício	-	-	(38.290)	(38.290)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	50.222	527	(53.201)	(2.452)
Absorção de prejuízos	-	(527)	527	-
Prejuízo do exercício	-	-	(20.296)	(20.296)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	50.222	-	(72.970)	(22.748)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Asa Branca Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(20.296)	(38.290)	(12.698)	(32.571)
Ajustes de receitas e despesas					
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(7.598)	-
Amortização e depreciação	21 e 22	1.005	1.005	32.780	32.580
Amortização de ativo de direito de uso	21	-	-	280	113
Baixa de ativo imobilizado	22	-	-	3.473	3.821
Resultado com participações societárias	12	(12.455)	532	-	-
Atualização financeira de provisão de desmobilização	23	-	-	801	729
Provisão e atualização financeira de ressarcimento		-	-	86.242	86.477
Provisão para contingência e atualizações		-	-	71	85
Provisão de juros - passivo de arrendamento	23	-	-	86	20
Juros, variações monetárias e amortização de custo - debêntures	23	32.423	36.397	32.423	36.397
Juros partes relacionadas	23	1.347	1.290	-	-
Variações nos ativos operacionais					
Contas a receber		-	-	(64)	(9.732)
Contas a receber de partes relacionadas		-	(762)	(14)	3.331
Tributos a recuperar		(554)	929	(3.956)	(70)
Estoque		-	-	(935)	524
Despesas antecipadas		3	-	1.700	(289)
Depósitos judiciais		-	-	-	(14)
Outras contas a receber		(1)	1	1.911	(1.892)
Variações nos passivos operacionais					
Fornecedores		(23)	21	(4.501)	(266)
Contas a pagar a partes relacionadas		-	-	(816)	-
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		5	542	5.947	487
Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	(6.608)	(86.281)
Caixa gerado pelas operações		1.454	1.665	128.524	33.449
Juros pagos de debêntures	16	(18.047)	(19.352)	(18.047)	(19.352)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(6.399)	(2.412)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(16.593)	(17.687)	104.078	11.685
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Partes relacionadas - recebimento de dividendos	1.6 (c)	3.389	18.308	-	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(7.400)	(20.047)
Redução de capital em controladas	12	40.557	38.500	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		43.946	56.808	(7.400)	(20.047)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas		4	(4)	4	(4)
Conta corrente restrita		(22)	-	(22)	-
Pagamento de debêntures	16	(27.954)	(36.171)	(27.954)	(36.171)
Partes relacionadas - pagamento de dividendos		-	(41)	-	(41)
Pagamento de arrendamento		-	-	(308)	(128)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(27.972)	(36.216)	(28.280)	(36.344)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(619)	2.905	68.398	(44.706)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.803	5.898	66.772	111.478
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.184	8.803	135.170	66.772

As transações das atividades de investimento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 28.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Asa Branca Holding S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	-	-	120.645	103.481
Receita de Contrato com Clientes	-	-	111.020	103.481
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	8.669	-
Outras receitas	-	-	956	-
Insumos adquiridos de terceiros	(169)	(424)	(63.547)	(56.784)
Energia comprada	-	-	(6.444)	(7.633)
Materiais e serviços de terceiros	(168)	(412)	(8.254)	(29.550)
Operação e manutenção	-	-	(35.105)	(2.923)
Encargos de transmissão de energia	-	-	(11.022)	(10.738)
Outros (custos) operacionais	(1)	(12)	(2.722)	(5.940)
Valor adicionado bruto	(169)	(424)	57.098	46.697
Depreciação e amortização	(1.005)	(3.149)	(33.060)	(34.836)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(1.174)	(3.573)	24.038	11.861
Valor adicionado recebido em transferência	13.894	1.313	14.674	8.467
Resultado de equivalência patrimonial	12.455	(532)	-	-
Receitas financeiras	1.439	1.845	14.674	8.470
Variações cambiais, líquidas	-	-	-	(3)
Valor adicionado total a distribuir	12.720	(2.260)	38.712	20.328
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal, e encargos:	-	-	4.289	7.731
Remuneração direta	-	-	3.321	7.112
Benefícios	-	-	693	463
FGTS	-	-	275	156
Impostos, taxas e contribuições	149	85	13.376	10.661
Federais	149	85	13.261	10.595
Estaduais	-	-	115	58
Municipais	-	-	-	8
Remuneração de capital de terceiros	32.867	35.945	41.343	40.226
Juros	32.423	19.376	32.421	19.376
Outras despesas financeiras	441	16.569	5.869	20.816
Aluguéis	3	-	3.053	34
Remuneração de capitais próprios	(20.296)	(38.290)	(20.296)	(38.290)
Prejuízo do exercício	(20.296)	(38.290)	(20.296)	(38.290)
				-
Valor adicionado distribuído	12.720	(2.260)	38.712	20.328

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Asa Branca Holding S.A. ("Asa Branca", "Companhia" ou "Controladora"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, 4º andar, Jardim Europa, foi constituída em 14 de fevereiro de 2008, e tem como objeto social (a) a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; (b) a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; (c) a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas.

A Companhia possui como controladora direta a Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca") e controlador final o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Pátria").

1.2 Participações societárias

A Companhia detém 100% de participação nas controladas apresentadas na tabela a seguir. Essas entidades são coletivamente referidas como "Controladas e, em conjunto com a Controladora, referidas como "Grupo" ao longo destas demonstrações financeiras.

Controladas	Sede	Atividade principal
Asa Branca IV Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca IV ")	Parazinho - RN	Geração de energia EOL
Asa Branca V Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca V ")	Parazinho - RN	Geração de energia EOL
Asa Branca VI Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VI")	João Câmara - RN	Geração de energia EOL
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VII")	Parazinho - RN	Geração de energia EOL
Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VIII")	Parazinho - RN	Geração de energia EOL

Os percentuais de participação societária permanecem inalterados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



1.3 Outorga de geração

Em 02 de outubro de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) publicou os despachos nº 3.324, nº 3.325, nº 3.326, nº 3.327 e nº 3.328, atestando que os parques eólicos Asa Branca IV, Asa Branca V, Asa Branca VI, Asa Branca VII e Asa Branca VIII, respectivamente, atenderam aos requisitos necessários para serem consideradas aptas à operação comercial. Posteriormente, por meio do despacho nº 4.276, de 30 de outubro de 2014, foi autorizada, em definitivo, a entrada em operação comercial de todas as usinas de geração de energia eólica do complexo.

O Grupo possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

SPE	Portaria MME	Término das outorgas	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada MWh/Ano
Asa Branca IV	Portaria nº 255, de 15 de abril de 2011	abril de 2046	32	107.748
Asa Branca V	Portaria nº 269, de 25 de abril de 2011	abril de 2046	32	120.012
Asa Branca VI	Portaria nº 293, de 6 de maio de 2011	maio de 2046	32	113.004
Asa Branca VII	Portaria nº 277, de 27 de abril de 2011	abril de 2046	32	91.104
Asa Branca VIII	Portaria nº 272, de 26 de abril de 2011	abril de 2046	32	100.740
Total			160	532.608

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



1.4 Contratos de energia

Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”)

Em 26 de agosto de 2010, as Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”) Controladas da Companhia Asa Branca IV, Asa Branca V, Asa Branca VI, Asa Branca VII e Asa Branca VIII, sagraram-se vencedoras do 2º Leilão de Energia de Fontes Alternativas (“LFA”), e assinaram Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia com as 14 distribuidoras participantes do referido leilão.

Pelos contratos em questão, as Controladas comprometem-se a vender sua produção de energia na modalidade disponibilidade e com vinculação às usinas, conforme os montantes indicados na Cláusula 6ª de cada respectivo CCEAR, a partir da data de início do suprimento e pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de setembro de 2013. O preço médio dos CCEARs praticado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 316,27 por megawatt-hora (“MWh”), atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

O CCEAR não prevê aplicação de penalidades ou pagamentos de bônus se a produção de energia de cada usina estiver dentro da faixa de tolerância que varia de 90% a 130% da energia anual contratada, de cada respectiva usina, e que é apurado ao final de cada ano e quadriênio. Os desvios superiores ou inferiores entre produção de energia e a obrigação contratual são reconhecidos no ativo ou passivo.

Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas a cada ano e cada quadriênio contratual, sendo que o terceiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2025 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2029.

Os contratos de *Power Purchase Agreement* (“PPA”) supracitados possuem as seguintes características:

Eólica	Volume PPA MWh/Ano	Início	Término
Asa Branca IV	122.640	set/13	ago/33
Asa Branca V	119.136	set/13	ago/33
Asa Branca VI	126.144	set/13	ago/33
Asa Branca VII	125.268	set/13	ago/33
Asa Branca VIII	118.260	set/13	ago/33
	611.448		

1.5 Conta de ressarcimento

A conta de ressarcimento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE reflete as diferenças entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, quando ultrapassados os limites de tolerância regulatórios, resultando no reconhecimento, por estimativa, de ativos ou passivos contratuais. A administração entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Os eventos de *curtailment*, caracterizados por restrições de geração determinadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), afetam diretamente a capacidade de entrega de energia do Grupo. Tais eventos tornaram-se mais frequentes no Brasil a partir de agosto de 2023, quando ocorreu um apagão nacional afetando 25 estados e o Distrito Federal, e interrompendo cerca de 31% da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Em 24 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, que estabeleceu disposições específicas para o tratamento dos cortes de geração e instituiu mecanismos administrativos para eventual compensação parcial dos impactos retroativos, condicionados à apuração pelo ONS, ao cálculo pela CCEE e à formalização de termo de compromisso com o poder concedente.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, a Companhia não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras consolidadas de 2025, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises.

Ressarcimento anual: Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao montante não gerado valorado ao preço contratual vigente. O acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas.

Caso a energia entregue seja superior ao percentual máximo contratual discriminado abaixo, essa energia poderá ser negociada pelo vendedor no mercado livre:

- 30% (trinta por cento) no primeiro ano do quadriênio;
- 20% (vinte por cento) no segundo ano do quadriênio;
- 10% (dez por cento) no terceiro ano do quadriênio;
- 0% (zero por cento) no quarto ano do quadriênio;

Ressarcimento quadrienal: Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% e superior a 90% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao montante não gerado ao preço do faturamento atualizado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). O acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelo Grupo. O terceiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2025 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2029.

1.6 Principais eventos ocorridos no exercício de 2025

(a) Aprovação da redução de capital em Controladas

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 04 de abril de 2025, foram deliberadas as reduções de capital nas Controladas da Companhia conforme segue:

Controladas	R\$
Asa Branca IV	11.182
Asa Branca V	16.860
Asa Branca VII	8.248
Asa Branca VIII	4.267
Total	40.557

(b) Aprovação dos dividendos adicionais propostos das Controladas

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de abril de 2025, foram aprovadas as distribuições de dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2024 das Controladas da Companhia conforme segue:

Controladas	R\$
Asa Branca IV	254
Asa Branca V	759
Asa Branca VI	1.529
Total	2.542

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(c) Recebimento de dividendos

Em 2025, a Companhia recebeu dividendos das Controladas conforme segue:

Controladas	R\$
Asa Branca IV	338
Asa Branca V	2.039
Asa Branca VI	1.011
Total	3.388

(d) Suspensão dos pagamentos dos ressarcimentos

Em 2025, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), o Grupo pagou o valor de R\$ 6.608, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus CCEAR e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019.

Novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica.

1.7 Situação financeira

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo circulante	12.257	10.009	168.983	98.514
Total do passivo circulante	(1.488)	(28.265)	(277.173)	(210.451)
Capital circulante líquido	10.769	(18.256)	(108.190)	(111.937)

O Capital Circulante Líquido ("CCL") da Companhia, que representa a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresentou, em 31 de dezembro de 2025, valor positivo de R\$ 10.769 na controladora (comparado a R\$ 18.256 negativo em 31 de dezembro de 2024) e negativo de R\$ 108.190 no consolidado (comparado a R\$ 111.937 negativo em 31 de dezembro de 2024).

O CCL negativo no consolidado decorre, substancialmente, do reconhecimento contábil da provisão de ressarcimento. Embora represente valores relevantes no passivo circulante, sua liquidação está contratualmente condicionada aos mecanismos previstos nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), não configurando exigibilidade imediata e integral.

Nos termos dos CCEAR, os ressarcimentos anuais e quadrienais são deduzidos do faturamento mensal do Grupo, estando sua execução limitada ao montante da receita bruta auferida no período. Dessa forma, a liquidação ocorre de maneira parcelada e condicionada ao faturamento mensal do Grupo, conforme previsto contratualmente, sendo realizada sucessivamente até a quitação integral dos valores devidos. Considerando a elevada previsibilidade do faturamento decorrente dos CCEAR e a suspensão dos ressarcimentos (nota 1.6 (d)), a Administração entende que o mecanismo contratual reduz o risco de pressão imediata sobre o fluxo de caixa.

A Administração acompanha de forma contínua a posição de caixa e as projeções de fluxo de caixa para os próximos 12 meses, concluindo que a Companhia mantém nível de liquidez suficiente para honrar integralmente suas obrigações de curto prazo, bem como sustentar suas operações regulares, utilizando recursos provenientes de suas atividades operacionais ou, se necessário, por meio de eventuais aportes de capital pelos acionistas.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Base de elaboração e apresentação

Declaração de conformidade

A Companhia está apresentando um conjunto único contendo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas equivalentes às demonstrações financeiras padronizadas contidas no Formulário de demonstrações financeiras padronizadas (“DFP”), que foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”)) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Durante a elaboração das demonstrações financeiras, a Administração efetua uma avaliação da capacidade de o Grupo e suas controladas darem continuidade às suas atividades.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2026.

2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.3 Adoção de normas contábeis – Novas e revisadas

Revisadas e vigentes

	Novas normas ou alterações	Alterações	Vigência
CPC 02 / IAS 21	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2025

A Administração do Grupo avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Revisadas e não vigentes

	Normas	Alterações	Vigência
CPC 40 / IFRS 9	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01.01.2026
CPC 48 / IFRS 7	Instrumentos Financeiros	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais	01.01.2026
CPC 51 / IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027
CBPS S1 / IFRS S1	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações financeiras sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	01.01.2026
CBPS S2 / IFRS S2	Divulgações Relacionadas ao Clima		
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01.01.2027

A Administração do Grupo adotará essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 13 – Imobilizado, depreciação: Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de depreciação;

Nota explicativa 14 - Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização;

Nota explicativa 13 - Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração: A avaliação da recuperação de ativos de longa duração, ativos imobilizados e ativos intangíveis – segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (*impairment*) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

Nota explicativa 18 (a) - Provisão de ressarcimento sobre a receita: Os saldos são avaliados e sujeitos a estimativas e premissas relacionada ao contrato de venda de energia proveniente de energia de reserva. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada conforme cada ano contratual.

Nota explicativa 18 (b) - Provisão para desmobilização: Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente;

Nota explicativa 18 (c) - Provisão para causas judiciais: O reconhecimento e a mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que este deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da Controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas da Companhia são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das Controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo.

2.8 Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3 Gestão de risco

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração do Grupo gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária e taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (IPCA)	Análise de sensibilidade	Acompanhar e fazer cenários de stress em cima da projeção de serviço da dívida.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
	caixa, contas a receber de clientes	Avaliação de crédito	
Risco de liquidez	Debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os objetivos do Grupo na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de suas atividades, prover retornos aos acionistas e gerar benefícios às demais partes interessadas.

O Grupo possui debêntures remuneradas pela taxa de juros de 6,25% a.a., definida na escritura das debêntures e pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Tal exposição a taxas variáveis representa um risco de fluxo de caixa para o Grupo. Com o intuito de gerir a liquidez em moeda funcional, a Administração monitora periodicamente sua exposição a esses indexadores e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco, considerando as perspectivas macroeconômicas.

Com base em variações razoavelmente possíveis nas taxas de juros, o Grupo mensura o impacto potencial no resultado. Essas análises de cenário são elaboradas para os passivos financeiros que representam as posições mais relevantes sujeitas a encargos.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Grupo não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos ou de *swap* de taxa de juros.

(ii) **Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. A tabela mostra como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para o Grupo, ou seja, como seriam afetadas pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data.

Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração do Grupo: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos por meio de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%; (iii) com depreciação e apreciação de 50%.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



			Controladora				
			31/12/2025				
Operação	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,02%	6,07%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	8.184	1.100	825	1.375	550	1.650
Conta corrente restrita	IPCA	22	1	1	1	-	1
Debêntures	IPCA	(276.325)	(11.191)	(8.393)	(13.989)	(5.596)	(16.787)
			Consolidado				
			31/12/2025				
Operação	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,02%	6,07%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	135.165	18.167	13.626	22.709	9.084	27.251
Conta corrente restrita	IPCA	22	1	1	1	-	1
Debêntures	IPCA	(276.325)	(11.191)	(8.393)	(13.989)	(5.596)	(16.787)

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada pelo Grupo. Esse risco decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para mitigar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com múltiplos bancos, diversificando suas operações. Os investimentos relacionados a sobras de caixa só podem ser realizados em instituições ou fundos que apresentem patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo o mercado local.

Não foram ultrapassados limites de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera perdas decorrentes de inadimplência em seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired*, e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estava aplicada em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimentos de contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras firmados no âmbito dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os montantes a receber de energia de curto prazo são liquidados via CCEE, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é elaborada pelo departamento de Tesouraria, que monitora, por controlada, os níveis esperados de entradas e saídas de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade adequada de recursos para cada operação. A Tesouraria também acompanha as cláusulas contratuais de debêntures, bem como monitora o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*), quando aplicável, com o objetivo de evitar o descumprimento de limites e obrigações previstos nos documentos dessas operações.

Essa previsão considera, ainda, os planos de financiamento e refinanciamento da dívida do Grupo, o atendimento às cláusulas contratuais e, quando aplicável, exigências regulatórias, externas ou legais.

Os excedentes de caixa são aplicados pela Tesouraria em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), priorizando instrumentos com baixo risco, vencimentos compatíveis e liquidez diária, conforme as projeções mencionadas acima.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Na data-base, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$ 8.184 (R\$ 8.803 em 31 de dezembro de 2024) e, no consolidado, de R\$ 135.170 (R\$ 66.772 em 31 de dezembro de 2024). Esses saldos, com liquidez diária, podem ser prontamente acessados para fins de gestão do risco de liquidez, quando necessário.

	Controladora				
	Vencimentos (i)				
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total Geral
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	4	-	-	-	4
Debêntures	17.239	67.060	142.602	184.998	411.899
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	30.995	30.995
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	27	-	-	-	27
Debêntures	45.937	26.086	156.812	265.353	494.188
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	23.703	23.703

	Consolidado				
	Vencimentos (i)				
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total Geral
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	2.178	-	-	-	2.178
Debêntures	17.239	67.060	142.602	184.998	411.899
Passivo de arrendamento	268	305	-	-	573
Contas a pagar a partes relacionadas	2.991	-	-	-	2.991
Provisão de ressarcimento	265.298	16.235	6.482	-	288.015
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	5.757	-	-	-	5.757
Debêntures	45.937	26.086	156.812	265.353	494.188
Contas a pagar a partes relacionadas	3.807	-	-	-	3.807
Provisão de ressarcimento	166.749	41.632	-	-	208.381

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures e mútuo com partes relacionadas.

O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, provisão de ressarcimento, partes relacionadas e passivo de arrendamento.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



3.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de seus negócios, visando prover retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital otimizada para reduzir o seu custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza ou propõe — conforme as alçadas de aprovação dos acionistas — a revisão da política de pagamento de dividendos, a restituição de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para, por exemplo, reduzir o nível de endividamento.

Condizentes com as práticas das companhias do setor, o Grupo monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, compreende o saldo total das debêntures, deduzido do montante de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas a essas operações.

O capital total é calculado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme apresentado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total das debêntures	16	269.485	283.063	269.485	283.063
(-) caixa e equivalente de caixa	6	(8.184)	(8.803)	(135.170)	(66.772)
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas			(4)		(4)
Dívida líquida		261.301	274.256	134.315	216.287
Total do patrimônio líquido		(22.748)	(2.452)	(22.748)	(2.452)
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		238.553	271.804	111.567	213.835
Índice de alavancagem financeira - %		110%	101%	120%	101%

3.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como as de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as operações do Grupo.

O risco de *curtailment* no setor de energia refere-se à limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), mesmo que haja recurso natural disponível para geração.

causado por excesso de produção e ou falta de demanda em determinados dias e horários de pico (sol forte, ventos intensos), congestionamento da rede de transmissão ou falhas em equipamentos do sistema de transmissão.

Embora seja um risco inerente ao setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados, sobretudo na região Nordeste. Esse aumento foi motivado principalmente por restrições na infraestrutura de transmissão e por uma política operativa mais conservadora do ONS após o apagão ocorrido em 15 de agosto de 2023.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em renováveis, levando à busca por soluções estruturais, como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo, regulamentação de armazenamento e compensações financeiras, visando mitigar os impactos financeiros sobre os geradores, além de compensações financeiras aos geradores afetados.

(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(c) Mudanças climáticas

Os parques eólicos do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndios, tempestades, com danos à infraestrutura (Linhas de transmissão, Subestações, acessos internos) com consequente interrupção de operação. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

(d) Riscos de liquidação dos ressarcimentos

Em 2025, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), o Grupo pagou o valor de R\$ 6.608, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento (“Conta Ressarcimento”) que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus CCEAR e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019.

Novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(e) Risco de impairment

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo identificou indicativos de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos conforme detalhado na nota explicativa nº 13 ("Imobilizado").

4 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados.

(d) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(e) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de passivo financeiros.

Não houve mudança na classificação dos ativos e passivos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.184	8.803	135.170	66.772
Conta corrente restrita		22	-	22	-
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas		-	4	-	4
Contas a receber	7	-	-	16.116	16.052
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	847	14	-
Dividendos a receber	8	3.140	-	-	-
Outras contas a receber		1	-	46	1.957
Ao custo amortizado		11.347	9.654	151.368	84.785
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Debêntures	16	269.485	283.063	269.485	283.063
Contas a pagar a partes relacionadas	8	13.236	12.085	2.991	3.807
Fornecedores	15	4	27	2.178	5.757
Passivo de arrendamento		-	-	573	-
Provisão de ressarcimento		-	-	-	208.381
Ao custo amortizado		282.725	295.175	275.227	501.008

O valor contábil das debêntures, mensurado com base no custo amortizado, apresenta diferença em relação ao valor justo, no montante de R\$ 44.405. A mensuração do valor justo foi realizada com base na análise individualizada do instrumento financeiro, utilizando-se de informações observáveis de mercado, notadamente cotações de negociações realizadas com o mesmo título no mercado secundário. Essa abordagem reflete uma técnica de avaliação compatível com o Nível 2 da hierarquia do valor justo, conforme definido pelo CPC 46. Os demais passivos financeiros mensurados com base no custo amortizado não diferem significativamente dos valores contábeis.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



5 Informação por segmento

A Administração do Grupo, na qualidade de principal tomador de decisões operacionais para fins do CPC 22 – Informações por Segmento, avaliou os requisitos do pronunciamento e concluiu que há apenas um segmento operacional. O Grupo administra seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração de energia elétrica por meio de usinas eólicas. A gestão é centralizada, e as decisões operacionais e de alocação de recursos são suportadas por relatórios consolidados, que representam 100% da receita líquida de venda de energia elétrica.

6 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Controladora e nas Controladas.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em banco e em caixa	-	-	5	2
Recursos em aplicações financeiras	8.184	8.803	135.165	66.770
	8.184	8.803	135.170	66.772

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 referiam-se a CDBs atrelados à taxa DI, remunerados a uma taxa de 97% do CDI com liquidez imediata (99% do CDI para os CDBs em 31 de dezembro 2024), com liquidez imediata.

7 Contas a receber

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa nas contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

O Grupo avaliou seus históricos de recebimentos das contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber proveniente de venda de energia é de R\$ 16.116 (R\$ 16.052 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não havia títulos vencidos.

8 Contas a receber e a pagar a partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, suas coligadas, controladas e acionistas. Essas operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo celebra contratos com partes relacionadas, conforme as transações apresentadas no quadro a seguir.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Composição

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante
Asa Branca IV	789	-	84	-
Asa Branca V	1.250	-	510	-
Asa Branca VI	923	-	253	-
Asa Branca VIII	178	-	-	-
Natureza - dividendos	3.140	-	847	-
Asa Branca VII	-	6.618	-	6.043
Asa Branca VIII	-	6.618	-	6.042
Natureza - contratos de mútuo	-	13.236	-	12.085
Total	3.140	13.236	847	12.085

	31/12/2025		31/12/2024
	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo circulante
Chapada Branca		489	1.023
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	2	-	-
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	2	-	-
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	2	-	-
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	2	-	-
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	2	-	-
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	1	-	-
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	1	-	-
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	2	-	-
Natureza - custos e despesas compartilhadas	14	489	1.023
Invenergy Serviços Brasil Ltda.	-	2.502	2.784
Natureza - fornecedores	-	2.502	2.784
Total	14	2.991	3.807

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Impacto no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Resultado		Resultado	
Chapada Branca	-	-	(4.543)	(5.473)
Natureza - custos e despesas compartilhadas	-	-	(4.543)	(5.473)
Asa Branca VII	(673)	(645)	-	-
Asa Branca VIII	(673)	(645)	-	-
Natureza - juros sobre mútuo	(1.346)	(1.290)	-	-
	(1.346)	(1.290)	(4.543)	(5.473)

Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro 2025, o Grupo mantinha contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber:

(i) Compartilhamento de custos e despesas em as SPEs do Grupo

O Grupo mantém contrato de compartilhamento de custos e despesas entre as controladas, o qual tem por objeto compartilhar entre as empresas custos e despesas que venham a incorrer na administração, operação e manutenção das usinas, e que tragam benefícios para as partes envolvidas.

(ii) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo – SP

A controladora Chapada Branca mantém contrato de compartilhamento de despesas com suas subsidiárias, com o objetivo de compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal, gerais e administrativas. Essas despesas são repassadas com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes.

(iii) Compartilhamento de custos e despesas do escritório de Natal – RN

Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a controladora Chapada Branca mantém contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração (“COG”) em Natal - RN, com suas subsidiárias.

O COG monitora as operações das usinas eólicas dos complexos de Chapadas, Asa Branca e Essentia PCHs nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas.

Dividendos

São as parcelas definidas em assembleia para destinação de lucros de exercícios em conformidade com a legislação societária.

Fornecedores

O saldo de fornecedores compreende os passivos constituídos em virtude dos contratos de operação e manutenção dos parques geradores. Os serviços atrelados a estes contratos foram prestados por entidades vinculadas ao grupo do acionista minoritário da controladora Chapada Branca.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Contratos de mútuo

O quadro abaixo demonstra os contratos de mútuo da Companhia e suas respectivas condições:

Em 31 de dezembro de 2025					
Mutuante	Mutuária	Valor do Contrato	Prazo do contrato	Remuneração	R\$
Asa Branca VII	Asa Branca Holding S.A.	4.500	31/12/2033	6,25% + IPCA	6.618
Asa Branca VIII	Asa Branca Holding S.A.	4.500	31/12/2033	6,25% + IPCA	6.618
Total Ativo					13.236

A remuneração correspondente a 6,25% a.a. + IPCA (base 252 dias úteis), apropriada até a data do efetivo pagamento. O desembolso do mútuo é efetuado em parcela única, por meio de transferência eletrônica disponível (TED). Em caso de impontualidade, incidem automaticamente multa convencional de 2% sobre o valor em atraso e juros moratórios de 1% ao mês, calculados *pro rata die*, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, não houve valores de remuneração atribuídos ao pessoal-chave da Administração, uma vez que as despesas relacionadas passaram a ser centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. O montante total, incluindo encargos e benefícios, corresponde a R\$ 9.078. Em 31 de dezembro de 2024, o valor pago a título de remuneração ao pessoal-chave da Administração foi de R\$ 1.432.

9 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	-	-	9.683	6.086
IRRF sobre aplicações financeiras	739	231	751	231
ISS	-	-	2	-
Outros tributos a recuperar	162	125	2.804	2.285
	901	356	13.240	8.602
Não circulante				
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	-	-	829	1.520
	-	-	829	1.520
	901	356	14.069	10.122

(i) PIS e COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



10 Estoques

Política contábil

Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas.

Os estoques são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição e, posteriormente, mensurados com base no custo médio. Quando ocorre a baixa de itens destinados à manutenção das usinas, esses itens são baixados pelo custo médio, com contrapartida registrada na rubrica de custos de manutenção no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de estoques é de R\$ 4.366 (R\$ 3.431 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado.

11 Tributos diferidos

Política contábil

Os tributos diferidos ativos são constituídos com base nas diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, decorrentes dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada pelas controladas do Grupo, uma vez que o reconhecimento contábil ocorre por competência, enquanto a apuração fiscal ocorre por caixa, no momento da sua liquidação financeira, considera as alíquotas aplicáveis sob o regime de tributação do lucro presumido. A expectativa de realização desses montantes está alinhada aos ciclos de liquidação anuais e quadrienais dos ressarcimentos previstos nos contratos de comercialização de energia.

Os tributos diferidos passivos são referentes ao imposto de renda e contribuição social que foram constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento		
IRPJ e CSLL	7.342	5.136
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	7.342	5.136
IRPJ e CSLL	1.529	1.282
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	1.529	1.282
	8.871	6.418

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de tributos diferidos passivos é de R\$ 2.746.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



12 Investimentos

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, as controladas são consolidadas integralmente.

Composição e movimentação do investimento

	<u>Nota</u>	<u>Asa Branca IV</u>	<u>Asa Branca V</u>	<u>Asa Branca VI</u>	<u>Asa Branca VII</u>	<u>Asa Branca VIII</u>	<u>Total do investimento</u>
Participação acionária		100%	100%	100%	100%	100%	
Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024		67.854	79.211	63.584	50.969	66.460	328.078
Equivalência patrimonial		356	2.144	1.067	(3.066)	(1.033)	(532)
Dividendos distribuídos		(2.877)	(6.417)	(5.020)	-	(181)	(14.495)
Redução de capital		(1.500)	(5.500)	(6.000)	(14.500)	(11.000)	(38.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		63.833	69.438	53.631	33.403	54.246	274.551
Equivalência patrimonial		3.321	5.267	3.885	(1.801)	1.783	12.455
Dividendos distribuídos		(1.043)	(2.779)	(1.682)	-	(178)	(5.682)
Redução de capital	1.6 (a)	(11.182)	(16.860)	(8.248)	-	(4.267)	(40.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		54.929	55.066	47.586	31.602	51.584	240.767

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Resumo das informações financeiras das controladas

						2025
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Demonstração do resultado
Asa Branca IV	32.592	80.310	51.094	6.879	54.929	3.321
Asa Branca V	23.381	78.060	40.496	5.879	55.066	5.267
Asa Branca VI	32.154	77.006	54.608	6.966	47.586	3.885
Asa Branca VII	36.558	78.073	74.888	8.141	31.602	(1.801)
Asa Branca VIII	35.630	81.240	58.190	7.096	51.584	1.783
Total	160.315	394.689	279.276	34.961	240.767	12.455

						2024
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Demonstração do resultado
Asa Branca IV	19.963	85.824	32.051	9.903	63.833	356
Asa Branca V	20.089	82.304	23.321	9.634	69.438	2.144
Asa Branca VI	16.597	81.430	34.261	10.135	53.631	1.067
Asa Branca VII	16.271	81.261	54.068	10.061	33.403	(3.066)
Asa Branca VIII	16.560	86.695	39.461	9.548	54.246	(1.033)
Total	89.480	417.514	183.162	49.281	274.551	(532)

13 Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As controladas reconhecem uma obrigação para desmobilização de ativos (nota explicativa 18(b)) no período em que elas ocorrem, com contrapartida registrada no respectivo ativo imobilizado.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciação utilizadas nas controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL, limitado ao prazo de autorização.

Teste de redução ao valor recuperável

O Grupo avalia anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de um teste de *impairment*, conforme os parágrafos 9 a 12 do CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou uma análise detalhada dos indicadores de desvalorização fundamentada em fontes internas e externas, em conformidade com as normas CPC 01 (R1) / IAS 36. Para fins de teste de *impairment*, a Administração define que as Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”), em conjunto, representam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Essa classificação fundamenta-se no fato de que as SPEs estão situadas em uma mesma região geográfica e compartilham características operacionais e decisões estratégicas sinérgicas, sendo geridas e monitorados como uma única unidade de negócios.

Foram identificados indicativos de *impairment* no complexo de Asa Branca, uma vez que a performance operacional e os resultados dos ativos para o referido período ficaram abaixo das projeções orçamentárias. Essa situação decorre, principalmente, dos altos níveis de *curtailment* que afetam o complexo e não estão sob controle da administração. O *curtailment* é um fator externo adverso que impactou diretamente a operação, contribuindo para uma piora significativa nos resultados.

Diante da situação supracitada, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera o risco relevante de se atingirem esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro.

O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores.

Os testes de *impairment* foram executados por meio de cálculos do valor recuperável, definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda, conforme parágrafo 18 do CPC 01. O valor em uso foi determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado (DCF).

As premissas fundamentais que sustentam o teste de redução ao valor recuperável do Complexo Asa Branca foram estruturadas a partir de projeções de fluxos de caixa fundamentadas em diretrizes financeiras, operacionais e regulatórias, sempre em alinhamento com o plano de negócios da Companhia e as condições vigentes de mercado. Para a correção das projeções de receitas e custos, adotou-se o IPCA como índice econômico central, refletindo de maneira fidedigna as expectativas inflacionárias para o período. O estudo abrange um período de 21 anos para fins de análise, prazo que corresponde à vida útil remanescente dos ativos do complexo conforme laudos técnicos, utilizando como data-base o dia 30 de setembro de 2025.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



No que tange à expectativa de faturamento, a geração de energia baseia-se predominantemente em contratos regulados, PPAs (*Power Purchase Agreement*), que asseguram a comercialização da energia por prazos determinados. A curva de geração futura foi desenhada considerando o histórico de desempenho do Complexo, certificações de produção de energia das usinas eólicas e o cenário de despacho projetado para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Um elemento crítico nesta modelagem é a projeção de perdas por *curtailment*; nesse sentido, foi utilizado estudo da PSR, que é uma consultoria de referência no setor de energia. Esse estudo levou em consideração fatores como a demanda futura projetada de energia, entrada de novos projetos, expansão de linhas de transmissão em andamento e outras variáveis importante para a projeção dos valores. Assim, a geração líquida final para fins de faturamento é obtida subtraindo-se da geração bruta tanto as perdas por *curtailment* quanto o consumo interno das instalações.

Sobre o fluxo de caixa, as projeções incorporam as deduções necessárias sobre as vendas, incluindo tributos como PIS e COFINS, aplicados rigorosamente conforme a legislação, além dos encargos setoriais regulatórios pertinentes ao setor elétrico. Para converter esses fluxos futuros ao valor presente, utilizou-se o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que inicia em 13,44% e converge para 12,70% a partir de 2028, capturando o perfil de risco do empreendimento e as flutuações das condições de mercado ao longo do tempo.

Adicionalmente, a administração avaliou os impactos da Lei nº 15.269/2025, que dispõe sobre a compensação parcial aos geradores por perdas decorrentes de *curtailment*. Embora essa legislação represente um potencial benefício futuro, a ausência de regulamentação específica, critérios de elegibilidade claros e uma metodologia de cálculo definida impediu sua inclusão nas projeções atuais. O Grupo optou por uma postura conservadora, entendendo que não há base objetiva para mensurar esses efeitos no momento, de modo que o valor em uso do Complexo Eólico Asa Branca não contempla tais ganhos potenciais até que as definições legais sejam plenamente estabelecidas.

Como resultado desses testes, o valor recuperável de todos os ativos avaliados excedeu seu respectivo valor contábil. Portanto, não foi reconhecida qualquer perda por *impairment* no exercício.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



						Consolidado
	Imobilizado em andamento	Terrenos	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão de desmobilização	Total
Em 01 de janeiro de 2024	2.745	449	395.951	15.439	1.395	415.979
Adição	7.071	-	9.568	-	-	16.639
Depreciação	-	-	(30.697)	(785)	(91)	(31.573)
Baixa imobilizado	-	-	(6.491)	-	(661)	(7.152)
Baixa depreciação	-	-	2.670	-	-	2.670
Transferência	(9.242)	-	9.242	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	574	449	380.243	14.654	643	396.563
Custo	574	449	690.835	23.354	1.698	716.910
Depreciação acumulada	-	-	(310.592)	(8.700)	(1.055)	(320.347)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	574	449	380.243	14.654	643	396.563
Adição	2.290	-	6.032	-	347	8.669
Depreciação	-	-	(30.897)	(785)	(91)	(31.773)
Baixa imobilizado	-	-	(7.338)	-	-	(7.338)
Baixa depreciação	-	-	3.865	-	-	3.865
Transferência	(1.212)	-	1.212	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.652	449	353.117	13.869	899	369.986
Custo	1.652	449	690.741	23.354	2.045	718.241
Depreciação acumulada	-	-	(337.624)	(9.485)	(1.146)	(348.255)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.652	449	353.117	13.869	899	369.986
Taxa média anual de depreciação	-	-	4%	3%	4%	

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



14 Intangível

Política contábil

Direito de uso de servidão

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, como servidões de passagem. Esses direitos referem-se, em geral, à passagem para linhas de transmissão associadas à geração de energia na área das usinas do Grupo e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados em 30 anos.

Direito de autorização

Os direitos de autorização registrados referem-se a ativos intangíveis identificados durante a aquisição de controladas. Esses ativos possuem vida útil definida, conforme os prazos estabelecidos nas respectivas outorgas, e são amortizados com base nesses prazos.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamentos incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

	Controladora	
	Direito da autorização	Total
Em 01 de janeiro de 2024	9.716	9.716
Amortização	(1.005)	(1.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.711	8.711
Custo	17.756	17.756
Amortização acumulada	(9.045)	(9.045)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.711	8.711
Amortização	(1.005)	(1.005)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.706	7.706
Custo	17.756	17.756
Amortização acumulada	(10.050)	(10.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.706	7.706

Taxa média anual de amortização

6%

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Consolidado		
	Direito da autorização	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2024	9.716	6	9.722
Amortização	(1.005)	(2)	(1.007)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.711	4	8.715
Custo	17.756	39	17.795
Amortização acumulada	(9.045)	(35)	(9.080)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.711	4	8.715
Amortização	(1.005)	(2)	(1.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.706	2	7.708
Custo	17.756	39	17.795
Amortização acumulada	(10.050)	(37)	(10.087)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.706	2	7.708
Taxa média anual de amortização	6%	5%	

15 Fornecedores

Política contábil

O saldo de fornecedores representa as obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal das atividades do Grupo. Essas obrigações são classificadas como passivos circulantes se o vencimento ocorrer em até doze meses; caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de eventuais custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e serviços	4	27	377	4.843
Aquisições de ativos imobilizados	-	-	956	34
Custo de transmissão	-	-	790	829
Taxa de fiscalização Aneel	-	-	55	51
	4	27	2.178	5.757

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



16 Debêntures

Política contábil

As debêntures emitidas pela Companhia são não conversíveis em ações e são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures, empréstimo e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Debêntures	731	27.686
	731	27.686
Não circulante		
Debêntures	275.594	264.065
(-) Custo de colocação	(6.840)	(8.688)
	268.754	255.377
Total	269.485	283.063

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora e Consolidado	
									31/12/2025	31/12/2024
Asa Branca	1ª emissão Debêntures	315.000	15/06/2021	IPCA + 6,25% a.a.	Semestral	Semestral	15/06/2033	(i) Alienação Fiduciária de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Cessão Fiduciária de dividendos das SPEs e da Emissora; (iii) Fiança Corporativa das SPEs.	276.325	291.751
								(-) Custo de captação de Dívidas	(6.840)	(8.688)
									269.485	283.063

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Movimentação

	Controladora e Consolidado		
	Debêntures	(-) Custo de colocação	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	313.021	(10.832)	302.189
Provisão de juros	19.376	-	19.376
Atualização monetária	14.877	-	14.877
Amortização de custos de emissão de dívida	-	2.144	2.144
Liquidação do principal	(36.171)	-	(36.171)
Liquidação dos encargos	(19.352)	-	(19.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	291.751	(8.688)	283.063
Provisão de juros	18.076	-	18.076
Atualização monetária	12.499	-	12.499
Amortização de custos de emissão de dívida	-	1.848	1.848
Liquidação do principal	(27.954)	-	(27.954)
Liquidação dos encargos	(18.047)	-	(18.047)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	276.325	(6.840)	269.485

Composição por ano de vencimento

Vencimento	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2025		27.686
2026	731	-
2027	46.670	44.718
2028	49.486	47.416
2029	36.210	34.695
2030 a 2033	143.228	137.236
	276.325	291.751

Debêntures emitidas:

Em 15 de junho de 2021, a Companhia emitiu debêntures no montante total de R\$ 315.000, sendo série única com vencimento final em 15 de junho de 2033, a ser pago em 22 parcelas, com vencimento semestral e consecutivo, todo dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano, excetuando as datas de 15 de junho de 2026 e 15 de dezembro de 2026, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2021, corrigidos pelo IPCA + juros de 6,25% a.a.

Condições restritivas financeiras (“covenants”)

As debêntures emitidas pela Companhia contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Companhia está obrigada ao cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) individual de no mínimo 1,20, as medições são realizadas semestralmente, em junho e dezembro referentes aos últimos 12 meses.

Não será considerado descumprimento do índice, caso o ICSD mínimo fique no intervalo entre 1,10 e 1,20, inclusive em qualquer período de apuração até a quitação integral das debêntures.

A Administração da Companhia realiza o cálculo semestral do ICSD e faz o acompanhamento de todas as suas obrigações restritivas (covenants).

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



17 Tributos e obrigações trabalhistas

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	-	-	-	520
IRPJ / CSLL	-	-	-	3.535
PIS / COFINS	11	7	946	1.298
Tributos retido	742	545	800	606
Provisões Trabalhistas	-	-	329	425
Encargos Sobre Folha de Pagamento	-	-	74	68
	753	552	2.149	6.452

18 Provisões

Política contábil

As provisões são compostas substancialmente por provisões de ressarcimento, desmobilização e causas judiciais (Regulatória) que são reconhecidas quando:

Caso o Grupo tenha uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;

É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e

O valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Provisão para ressarcimento

As Contas Ressarcimentos (nota explicativa 1.5) com a CCEE refletem os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos, ou seja, a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Tais variações fora dos limites implicam o registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração do Grupo entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	101.914	78.083
Provisão de despacho (ii)	163.384	88.666
	265.298	166.749
Não circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	22.717	41.632
	22.717	41.632
Total	288.015	208.381

(i) A provisão para ressarcimento está apresentada sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 2.303/2019. Os valores reconhecidos encontram-se líquidos dos montantes relacionados a eventos de *curtailment* (cortes de geração), determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, decorrentes de limitações do sistema de transmissão ou requisitos operacionais. Em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022, que revogou a Resolução Normativa nº 927/2021, os volumes de energia não gerados em razão desses eventos foram reconhecidos como redutores da provisão de ressarcimento no exercício.

(ii) O Despacho ANEEL nº 2.303/2019 suspendeu temporariamente os ressarcimentos no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada e da Energia de Reserva, para fins de análise e regulamentação dos eventos de *curtailment* de usinas eólicas. Tal suspensão vigorou até a conclusão da Audiência Pública nº 034/2019, que resultou na edição da Resolução Normativa nº 927/2021, posteriormente substituída pela Resolução Normativa nº 1.030/2022, atualmente vigente.

Tal regulamentação definiu metodologias distintas para apuração da energia não fornecida em decorrência dos eventos de *curtailment*, aplicáveis àqueles ocorridos até setembro de 2021 e àqueles posteriores. A operacionalização dos cálculos e reapurações dos ressarcimentos pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – foi condicionada a ajustes sistêmicos e validações com o ONS, conforme comunicados ao mercado. Em dezembro de 2022, a CCEE divulgou cronograma de reapurações referente ao período de janeiro de 2018 a setembro de 2021, cujas liquidações tiveram início em junho de 2023.

Já a apuração dos eventos ocorridos de outubro de 2021 em diante, dependia da finalização da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022, que tratou dos aprimoramentos das Regras de Comercialização em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 927/2021, posteriormente convertida na Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022. Assim, em dezembro de 2024, foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 1.109/2024, que aprovou tais Regras viabilizando, portanto, a continuidade das reapurações para o período.

Em maio de 2025, através do comunicado CO 372/25, novo cronograma para as reapurações referentes ao período de outubro de 2021 em diante foi divulgado, e as liquidações tiveram início em julho de 2025.

No entanto, em decorrência da publicação da Lei 15.269/2025, que expande o volume de eventos de *curtailment* compensáveis ao gerador ocorridos desde 1º de setembro de 2023, anulando limites impostos pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022, novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Movimentação

				Consolidado	
	Passivo circulante			Passivo não circulante	
	Provisão de ressarcimento	Provisão de despacho	Total	Provisão de ressarcimento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	28.811	128.853	157.664	50.521	50.521
Provisão	50.782	10.573	61.355	30.927	30.927
Pagamento	-	(96.854)	(96.854)	-	-
Atualização financeira	-	4.768	4.768	-	-
Transferência	(1.510)	41.326	39.816	(39.816)	(39.816)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	78.083	88.666	166.749	41.632	41.632
Provisão	62.878	-	62.878	18.747	18.747
Pagamento	-	(6.608)	(6.608)	-	-
Atualização financeira	-	4.617	4.617	-	-
Transferência	(39.047)	76.709	37.662	(37.662)	(37.662)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	101.914	163.384	265.298	22.717	22.717

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(b) Provisão para desmobilização de ativos

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente para condições ecologicamente similares às existentes antes do início do projeto ou atividade, ou de realizar medidas compensatórias acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade de retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental.

As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e a mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. O laudo, efetuado em 2023, considera as obrigações de desmobilização existentes em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,50% ao ano em 2025 (3,90% em 2024) ao ano e atualizados a valor presente a uma taxa de desconto Nota do Tesouro Nacional – Série B (“NTN-B”) mais IPCA de 10,67% ao ano em 2025 (11,30% em 2024) ao ano.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante		
Desmobilização	8.240	7.092
Total	8.240	7.092

Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	7.092	7.024
Adição, (reversão) de AVP	347	(661)
Atualização financeira	801	729
	8.240	7.092

(c) Provisão para causas judiciais

O Grupo está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação; essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, adicional noturno, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, entre outras, e ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros.

Tributárias

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tributos, tais como contribuições sociais, IOF, ISS, Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos, INSS, dentre outros.

(i) Contingências prováveis

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	-	533
Ambientais	-	25
Regulatório	952	-
	952	558

Movimentação

	Natureza			Consolidado
	Cíveis	Ambientais	Regulatório	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	473	-	-	473
Constituição	-	25	-	25
Atualização monetária	60	-	-	60
Saldos em 31 de dezembro de 2024	533	25	-	558
Constituição	-	-	782	782
(-) Reversões	(421)	-	-	(421)
Atualização monetária	-	-	33	33
Reclassificação	(112)	112	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	137	815	952

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(ii) Depósitos judiciais ativos demonstrados como segue:

O Grupo possui depósitos judiciais referente às questões em andamento conforme apresentado a seguir:

Controladas	Consolidado			
	2025		2024	
	Tributários	Total	Tributários	Total
Asa Branca IV	521	521	438	438
Asa Branca V	93	93	61	61
Asa Branca VI	140	140	92	92
Asa Branca VII	233	233	153	153
Asa Branca VIII	234	234	154	154
	1.221	1.221	898	898

(iii) Composição causas possíveis

Controladas	Consolidado			
	2025		2024	
	Ambiental	Regulatório	Tributários	Total
Asa Branca IV	-	179	230	230
Asa Branca V	-	179	230	230
Asa Branca VI	-	179	230	230
Asa Branca VII	-	179	230	230
Asa Branca VIII	10	179	230	230
	10	895	1.150	1.150

19 Patrimônio líquido

Capital social

A Companhia não possui ações autorizadas. Abaixo a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionistas	%	Controladora e Consolidado	
		31 de dezembro de 2025 e 2024	
		Quantidade de ações	Capital social integralizado
Chapada Branca Holding S.A.	100	64.042.606	50.222
		64.042.606	50.222

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



20 Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas da Companhia esperam ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2025		Consolidado 31/12/2024	
	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita com contrato de energia	611.448	186.178	611.448	177.743
(-) Provisão de ressarcimento		(81.625)		(81.709)
Receita bruta		104.553		96.034
Venda de energia partes relacionadas	8.787	6.467	-	-
Compensação CCEE	-	-	-	7.447
Total receita bruta		111.020		103.481
(-) Impostos sobre vendas		(4.058)		(3.777)
(-) TFSEE		(694)		(656)
		106.268		99.048

21 Custo do serviço de energia elétrica

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda (i)	(6.444)	(7.633)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(11.022)	(10.738)
Custo de operação (a)	(69.978)	(63.150)
	(87.444)	(81.521)

(i) A compra de energia está relacionada a duas operações: (i) necessidade compra de lastro para cobertura da redução de garantia física das usinas do complexo; (ii) recomposição do lastro da média móvel de 12 meses.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(a) Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(3.269)	(2.608)
Operação e manutenção (i)	(22.963)	(2.923)
Materiais, serviços de terceiros e outros (i)	(4.941)	(25.914)
Gestão ambiental (ii)	(1.127)	-
Aluguel (iii)	(3.023)	-
Seguro (iv)	(1.615)	(17)
Taxas de licenças, permissões e associações (ii)	(325)	-
Água, luz, esgoto e telecomunicação (ii)	(422)	-
Despesas Tributárias (ii)	(130)	-
Viagens (iii)	(83)	-
Amortizações - direito de uso	(280)	(113)
Depreciações e amortizações	(31.775)	(31.575)
Outras despesas (iii)	(25)	-
	(69.978)	(63.150)

(i) Em 31 de dezembro de 2024, parte dos saldos da rubrica Operações e manutenções foram apresentados como Materiais, serviços de terceiros e outros.

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas de Taxas de licenças, permissões e associações; Água, luz, esgoto e telecomunicação; Despesas tributárias; e Gestão ambiental foram apresentadas em conjunto com a rubrica Materiais, serviços de terceiros e outros.

(iii) 31 de dezembro de 2024, as rubricas de Aluguel, Viagens e Outras despesas foram apresentadas em conjunto com a rubrica de Operação e manutenção.

(iv) Em 31 de dezembro de 2024, os gastos com Seguro eram contabilizados como despesas gerais e administrativas.

22 Despesas gerais e administrativas e outros ganhos e (perdas), líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(129)	(389)	(1.445)	(2.491)
Materiais, manutenção e veículos (i)	-	-	(15)	-
Aluguéis	(3)	-	(30)	(34)
Seguros	-	-	(1)	(1.676)
Água, luz, esgoto e telecomunicação	-	-	(6)	(122)
Viagens	(1)	-	(107)	(147)
Despesas tributárias	(20)	1	(54)	(72)
Pessoal (ii)	-	-	(1.733)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(35)	(122)	(1.801)
Amortizações	(1.005)	(1.005)	(1.005)	(1.005)
Provisão contingências (i)	-	-	(388)	-
Taxas de licenças, permissões e associações (i)	(39)	-	(354)	-
Despesas compartilhadas (iii)	-	-	-	(5.473)
Perda na baixa do imobilizado (iv)	-	-	(3.473)	(3.669)
Outros ganhos (iv)	-	-	956	348
	(1.197)	(1.428)	(7.777)	(16.142)

(i) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas Materiais, manutenção e veículos; Taxas de licenças permissões e associações; Água, luz, esgoto e telecomunicação; e Provisão contingências foram apresentadas em conjunto com a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Pessoal foi apresentada em conjunto com a rubrica de Despesas compartilhadas.

(iii) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Despesas compartilhadas era apresentada pelo valor total consolidado das despesas compartilhadas. Já em 31 de dezembro de 2025, essas despesas passaram a ser apresentadas de forma detalhada, com contabilização segregada por rubrica de despesa ou por custo, conforme aplicável.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(iv) Em 31 de dezembro de 2025 a soma destas duas rubricas corresponde à rubrica Outros ganhos e (perdas) líquidos da DRE e 31 de dezembro de 2024 a perda na baixa de imobilizado foi apresentado na rubrica Despesas gerais administrativas.

As baixas de imobilizado referem-se substancialmente à campanha de manutenção do Grupo, na qual são realizadas substituições de grandes componentes dos aerogeradores.

23 Resultado financeiro

Política contábil

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras são reconhecidas com base na taxa de juros pactuada contratualmente. Os juros são apropriados ao valor dos ativos financeiros, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre contas a receber vencidas são reconhecidas pelo critério *pro rata temporis*, utilizando-se a taxa de juros prevista em contrato. Tais encargos são incorporados ao saldo das contas a receber, com registro em receitas financeiras.

As despesas financeiras relativas a debêntures, empréstimo e financiamentos são reconhecidas com base nas taxas de juros contratuais, observando-se o regime de competência.

Não foram efetuadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	2.742	1.724	14.051	7.995
PIS/COFINS sobre receita financeira	(130)	(86)	(130)	(86)
Outras receitas financeiras	44	122	624	474
	2.656	1.760	14.545	8.383
Despesas financeiras				
Juros debêntures	(18.076)	(19.376)	(18.076)	(19.376)
Atualização monetária sobre debêntures	(12.499)	(14.877)	(12.499)	(14.877)
Amortização de custos de emissão de dívida	(1.848)	(2.144)	(1.848)	(2.144)
Comissões bancárias	-	-	(71)	-
Multas, juros, tarifas e taxas	-	-	(18)	(66)
Atualização financeira de passivo de arrendamento	-	-	(86)	(20)
Atualização financeira de desmobilização	-	-	(801)	(729)
Atualização financeira de ressarcimento (i)	-	-	(4.443)	(4.594)
Juros sobre mútuo	(1.346)	(1.290)	-	-
Outras despesas financeiras	(441)	(403)	(448)	(533)
	(34.210)	(38.090)	(38.290)	(42.339)
Resultado financeiro	(31.554)	(36.330)	(23.745)	(33.956)

(i) A atualização financeira da provisão do ressarcimento está apresentada líquida dos efeitos de PIS e COFINS.

24 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos diferidos ativo nas controladas são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada do Grupo. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. A expectativa de realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos de comercialização de energia.

Os tributos diferidos passivos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste último regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social	(20.296)	(38.290)	(12.698)	(32.571)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	6.901	13.019	4.317	11.074
Despesas permanentes não dedutíveis	15	(187)	15	(187)
Prejuízos fiscais	(11.151)	(12.651)	(11.151)	(12.651)
Resultado de equivalência patrimonial	4.235	(181)	-	-
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	-	-	(779)	(3.955)
Encargo fiscal	-	-	(7.598)	(5.719)
Corrente	-	-	(10.051)	(5.400)
Diferido	-	-	2.453	(319)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(7.598)	(5.719)

Na Controladora, o saldo de prejuízo fiscal acumulado é de R\$ 177.166 (R\$ 144.371 em 31 de dezembro de 2024), o qual também constitui base negativa de contribuição social no mesmo valor.

O saldo de diferenças temporárias acumuladas na Controladora é de R\$ 787 em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, não havia diferenças temporárias.

Asa Branca Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulado, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

25 Prejuízo básico e diluído atribuível por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. O Grupo não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações nem instrumentos financeiros ou contratos que possam resultar na emissão de ações ordinárias como debêntures conversíveis, bônus de subscrição, opções de compra de ações, planos de remuneração baseada em ações ou ações ordinárias potenciais. Dessa forma, não houve diluição no exercício e, portanto, o resultado por ação diluído é idêntico ao resultado por ação básico.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(20.296)	(38.290)
Quantidade média ponderada de ação	64.043	64.043
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$	(0,32)	(0,60)

26 Compromissos

	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento (i)	2.823	6.651	24.813	34.287
Contrato de manutenção (ii)	21.674	91.618	108.813	222.105
Contrato de transmissão (iii)	9.424	54.344	47.231	110.999
	33.921	152.613	180.857	367.391

(i) Arrendamento de terrenos

Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos.

Os contratos de arrendamento de terrenos preveem pagamentos integralmente variáveis, vinculados ao faturamento das controladas. Dessa forma, conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16, esses contratos não compõem a mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, sendo reconhecidos diretamente no resultado do exercício à medida que são incorridos.

(ii) Contrato de manutenção

Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor de serviços e equipamentos de cada parque eólico para manutenção.

(iii) Contrato de transmissão

São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico.

27 Atividade de investimento não envolvendo caixa

A atividade de investimento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos do Grupo.

De acordo com o CPC 03 (R2), a exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

	Consolidado	
Principal transação que não afeta o caixa	31/12/2025	31/12/2024
Aquisições de bens do ativo imobilizado - a prazo	956	34
Em atividades de investimentos	956	34

28 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de lucros cessantes, responsabilidade civil e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia.

* * *

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Cristiano Soares Pavane

Contador

CRC 1SP271178/O-8